

A experiência da formação de um corpo não recomendado para a universidade: resistências às violências, exclusões e injustiças socioeducativas

Costa, José Amaro da ¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar relatos de vida de um corpo trans durante a graduação em uma universidade pública do Recife-PE. Metodologicamente, as informações foram obtidas através de testemunhos, com entrevistas livres, instrumento que foi utilizado na elaboração de tese do autor, que investiga violências na formação universitária em virtude da identidade de gênero e orientação sexual. A tese não se prendeu a um diagnóstico mas aportou alternativas de combate às violências através de pressupostos das pedagogias queer. Tem uma discussão sobre as tensões existentes nas construções da binaridade e nas produções da cis-heteronormatividade como parte de um pensamento crítico e disruptivo nas normas estabelecidas na sociedade e que recusa a diversidade de gênero e sexualidade por transgredirem essa estabilidade hegemônica do universo masculino e feminino. As universidades, são espaços privilegiados para se gerar discussões e oportunizar novas formas de se pensar e transversalizar as complexidades.

Palavras-chave: educação universitária; sexualidade, gênero; pedagogias queer.

The experience of training a body not recommended for university: resistance to violence, exclusions and socio-educational injustices

ABSTRACT

This article exposes life stories of a trans body during graduation at a public university in Recife-PE. This is information obtained in a free interview in the form of testimonies, an instrument that was used methodologically in the elaboration of the author's thesis, which investigates violence in education due to gender identity and sexual orientation. The thesis is not tied to a diagnosis, but provides alternatives to combat violence through the assumptions of queer pedagogies. It has a discussion about the tensions that exist in the constructions of binarity and in the productions of cis-heteronormativity as part

¹ Universidad Nacional de Rosario. Doutor em Educação pela Universidad Nacional de Rosario (UNR -Argentina). Integrante do grupo de Pesquisa NuQueer (Núcleo de Estudos Queer e Decoloniais) da UFRPE. Participante do grupo de pesquisa Processos de Subjetivação, Educação, Gênero e Sexualidade (SEGS) do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea (PPGEduC-UFPE Campus Acadêmico do Agreste). Email: jaja.joseamaro@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0122263178880329>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8494-2297>.

of a critical and disruptive thinking in the norms established in society and that refuses gender and sexuality diversity because they transgress this hegemonic stability of the masculine and feminine universe. Universities are privileged spaces to generate discussions and provide opportunities for new ways of thinking and transversalizing the complexities.

Keywords: university education; sexuality, gender; queer pedagogies.

La experiencia de formar un cuerpo no recomendado para la universidad: resistencia a la violencia, las exclusiones y las injusticias socioeducativas

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar relatos de vida de un cuerpo trans durante la graduación en una universidad pública de Recife-PE. Metodológicamente, la información se obtuvo a través de testimonios, con entrevistas libres, instrumento que se utilizó en la elaboración de la tesis del autor, que investiga la violencia en la educación universitaria por identidad de género y orientación sexual. La tesis no estaba ligada a un diagnóstico, sino que ofrecía alternativas para combatir la violencia a través de los supuestos de las pedagogías queer. Tiene una discusión sobre las tensiones que existen en las construcciones de binariedad y en las producciones de cis-heteronormatividad como parte de un pensamiento crítico y disruptivo en las normas establecidas en la sociedad, que rechaza la diversidad de género y sexualidad, porque transgreden esta estabilidad hegemónica del universo masculino y femenino. Las universidades son espacios privilegiados para generar discusiones y brindar oportunidades para nuevas formas de pensar y transversalizar las complejidades.

Palabras clave: educación universitaria; sexualidad, género; pedagogías queer.

INTRODUÇÃO

Com a placa de censura no rosto, um corpo não binário é aquele que tem semelhanças com os corpos retratados na canção “não recomendado à



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261528 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261528>

sociedade” de Caio Prado em 2014, que igualmente, se torna também indesejado na universidade por ter uma orientação sexual e uma identidade de gênero não convencional, queer. De certo, “Um corpo queer é um corpo questionado, questionável, suspeito e posto em dúvida” (Trujillo, 2022) que neste artigo se torna relevante por conter testemunhos de um corpo trans na experiência de graduação. Essa é uma questão central da tese de doutorado em andamento do autor, que versa sobre as violências durante a formação dos corpos dissidentes, em universidades do Recife/PE. A investigação não se prende a um diagnóstico de violências, mas aporta alternativas de combate, através de não violências com as pedagogias queer. Esta, por sua vez, “se refere a um marco epistemológico e a estratégias pedagógicas para a atenção e compreensão de quem não se ajusta a cis²-heteronormatividade” (Vazquez, 2021, p. 2).

Dessa maneira, questionar as tensões existentes entre as construções da binariedade e as produções da cis-heteronormatividade faz parte de um pensamento crítico e disruptivo sobre a ditadura e a radicalização pulsante nas narrativas e memórias socioeducativas, que muito se conectam com as pedagogias queer. “O queer como um modo estruturante e inteligente de desejar, que nos permite ver e sentir muito além do atoleiro do presente” (Muñoz, 2020, p. 29).

Partindo desse argumento, localizamos facilmente no conjunto de aportes da teoria queer uma crítica ao binarismo, exatamente como faz a socióloga e ativista espanhola Gracia Trujillo (2022, p. 42), recorrendo a Javier Sáez (2004, p. 128-150) de pontos centrais como natureza/cultura, sexo-gênero, hetero-homo, homem-mulher. A autora reivindica que as pedagogias queer cheguem ao âmbito educativo em alianças com as lutas feministas, antirracista e antihomofóbica.

Nesse sentido, o modelo binário masculino e feminino que integra um ideário acerca dos corpos, das configurações identitárias e discursivas organizaram a sociedade moderna e ainda orientam as sociedades contemporâneas. Está vinculado a uma matriz cultural canônica baseada no

² Cis-é um prefixo latino que significa do mesmo lado. Culturalmente as pessoas conhecidas como cisgênero aceitam os sentidos do masculino o do feminino impostas desde o seu nascimento (Melo, 2023).



sistema especular entre sexo, gênero e desejo em que os corpos devem se submeter aos ritos e às normas estabelecidas pelos códigos sociais hegemônicos e por outros construtos culturais que assegurem a heteronormatividade e a cisgeneridade como padrão (Butler, 2018).

Por sua vez sobre as formulações da heteronormatividade se legitimam e se apresentam como estáveis, fixas respondendo a uma “normalidade”, encontrando em Butler contribuições importantes questionando a heterossexualidade melancólica (Salih, 2019, p. 20), onde me uno a quem a entende também, compulsória. Na história da sexualidade, Foucault (2005) argumenta sobre a heterossexualidade como regime político. Denuncia a hipocrisia, a hipótese repressiva e o pudor moderno. Em discussão a cisnorma (Bonassi, 2017).

Com essas referências anteriores, abro a possibilidade de enxergarmos que tanto o gênero como a sexualidade são sistemas dinâmicos complexos, culturalmente construídos, em contínua relação e expressão (Fausto-Sterling, 2013). As expressões de gênero lidas e reconhecidas socialmente são um exercício de performatividade, uma construção social (Butler, 2018). Os corpos não binários³, estranhos ou *queer*, de gênero fluido, constituem-se corpos dissidentes que integram o coletivo LGBTQIAPN+ envolvendo, lésbicas, gays, bissexuais, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais, não binários e o (+) apontando outras possibilidades de quem não se localiza em nenhuma dessas categorias.

Ao longo das últimas décadas do século XX e início do século XXI, os corpos trans (transgêneros, transexuais e travestis, ou *transvestigêneres*) biopoliticamente deslegitimados (Foucault, 2008) e as identidades não binárias, resultantes das performances e discursos desses corpos insubmissos aos padrões hétero e cis passaram a angariar atenção, concentrar esforços e discussões de vários espaços da sociedade, em especial de instituições tradicionais como as religiosas e as educacionais.

³ não binários – Algumas pessoas requerem para si a possibilidade de não pertencer nem ao universo masculino nem ao feminino (Melo, 2023). Por ser uma identidade ‘guarda-chuva’, a não binaridade inclui pessoas que transitam entre os dois gêneros (gênero fluido) mas também quem recusa ambos (agênero).



A perspectiva tradicional do modelo binário, como construto social e cultural que é, está impregnada das prerrogativas dos valores morais e religiosos, que desautorizam a pluralidade, oprimindo e censurando as expressões transgressoras das normas da heterossexualidade e da binaridade. Há registros de violência física e psicológica em vários graus situados em Butler sobre dores das violências:

Para Scarry, o corpo não é apenas anterior à linguagem; ela afirma de maneira convincente que a dor do corpo é inexprimível na linguagem.(...) Toni Morrison refere-se especificamente à violência da representação na conferência que proferiu ao receber o Prêmio Nobel de Literatura em 1993. “A linguagem opressiva”, ela escreveu, “faz mais do que representar a violência; ela é a violência (Butler, 2021, p. 19).

As pessoas autoidentificadas nesses corpos dissidentes se sentem desprotegidas pelo Estado (Butler, 2020), não encontrando abrigo nas religiões e nos espaços de educação. Aliás, nesses espaços há maior investimento das práticas e das linguagens para que constituam os sujeitos binários e padrão:

Todas essas práticas e linguagens constituíam e constituem sujeitos femininos e masculinos; foram e são – produtoras de marcas. (...) Para que se efetivem essas marcas, um investimento significativo é posto em ação: família, escola, mídia, igreja, lei, participam dessa produção (Louro, 2016, p. 25).

Se os corpos não binários são repudiados é porque se configuram, em si mesmas, como enunciados em carne viva que se pudessem seriam negados ou repudiados. Apesar do forte investimento das instituições, é possível se identificar com o testemunho de Bornstein⁴, quando ela relata a própria experiência, em que, desde criança, nunca soube, nem ainda hoje sabe de si própria, se é menino ou menina, se é homem ou mulher. As contribuições de

⁴ Kate Bornstein é escritora, atriz e artista transgênero não-binária estadunidense, que se declara pertencente a uma das etnias judaicas. Nascida em 15 de março de 1948 em Neptune, Nova Jersey, EUA (Suplemento Pernambuco, março/2023).



ativistas não-binários tem na neolinguagem contemplado uma perspectiva de novas formas de linguagem não associadas à norma padrão numa lógica de ruptura com as estruturas da cisnormatividade (Lugones 2008 *apud* Brevilheri, 2022).

Historicamente, no mundo ocidental, educação e religião caminharam juntas (Althaus-Reid, 2019). O que posteriormente seria conhecido como universidade, remete, em suas origens medievais, a homens europeus brancos, cisgêneros, urbanos, de classe privilegiada e fortes convicções burguesas, relacionados ao poder real ou papal. Assim, os padrões formativos culturais da instituição defrontaram-se, desde o Iluminismo, com inúmeras transformações e demandas. No entanto, esses padrões, ainda que residuais restam predominantes em que o *ethos* universitário foi moldado por um conjunto de conhecimentos que nesse momento necessita de um conhecimento pluriversitário em que cooperativismo e solidariedade integre esse vasto conjunto do conhecimento (Santos, 2011). Ao considerar a universidade como o celeiro do pensamento crítico, responsável pelo avanço científico, era de se esperar que fosse o espaço em que as discussões contemporâneas das novas subjetividades, das identidades não binárias e os corpos dissidentes pudessem encontrar abrigo. No entanto, o que se encontra no espaço universitário, em larga medida, é resistência e baixa receptividade para acolher os que destoam do padrão heteronormativo e que insistem em ter acesso e reconhecimento no âmbito da universidade e mobilidade social como menciona bell hooks (hooks, 2017, p. 241):

“é claro que entrei na faculdade com a esperança de que o diploma universitário promovesse minha mobilidade social. Mas eu só a concebia em termos econômicos (...) partia-se do princípio de que todo aluno pobre abandonaria de boa vontade todos os valores e hábitos associados à sua origem.

No Brasil, apesar de a educação, em todos os níveis ser para todos, todas e todes, uma garantia constitucional, a realidade não acompanha esse discurso idealizado. Na Universidade, os centros de excelência de pesquisa, sobretudo aqueles em que há concentração de pessoas com alta renda e percentual de branquitude acentuada, pouco se abrem ao diálogo com as



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261528 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261528>

periferias e as subalternidades⁵ como os povos originários, racializados e de outras etnias. bell hooks (2017, p. 236) menciona que “tacitamente há uma concordância em não falar sobre classe social, em não criticar os preconceitos de classe burgueses que moldavam e informavam as práticas pedagógicas (etiqueta social)”. Não se ocupam das desigualdades e violências que afetam as pessoas na realidade brasileira e rejeitam a opressão dos corpos vulneráveis.

Para Boaventura Souza Santos (2021), a função social da universidade, no entanto, é a de ser promotora do desenvolvimento, do conhecimento, da ciência e da sociedade, abrigar e lidar com a diversidade cultural, a pluralidade ideológica, com as várias formas de coletividade e de subjetividades, estar comprometida com a ética e com objetivos emancipatórios. Dessa maneira compreendo que além de garantir para todos, todas e todes um modelo viável de educação, também legitime para seu corpo discente, docente e administrativo ambiente engendrado na ética e respeito, desautorizando estigmas geradores de violências, o que implicaria em uma “revolução institucional e uma revolução nas mentalidades” (p. 92).

Tornar a universidade acessível, humanizada e acolhedora para os corpos insubmissos é parte de uma transição necessária e um dos desafios impostos aos seus pressupostos teóricos e arcabouços práticos. As universidades, em especial as públicas, são espaços privilegiados para se gerar discussões e oportunizar novas formas de se pensar e transversalizar as complexidades a respeito das condições do sujeito, da subjetividade e das identidades não binárias. “A educação apresenta-se como uma área que precisa ser constantemente repensada e reorientada criticamente, na busca por criar condições necessárias e suficientes para a formação integral do ser humano” (Rajobac, 2016, p.17)

A resistência aos corpos insubmissos, a condição em que esses corpos oprimidos permanecem, a forma como são oprimidos por meio de ferramentas sofisticadas para invisibilizar gêneros é justamente o fenômeno para o qual se

⁵ Subalternidades – A partir de uma discussão em Deleuze e Guattari, a autora argumenta que o uso desse termo, se remete por uma rota tortuosa crítica aos esforços atuais do ocidente, para problematizar o sujeito subalterno do terceiro mundo, representado como efeito do discurso dominante (Spivack, 2010, p.24-25).



convida a olhar e refletir a partir do testemunho de pessoas que vivenciaram a experiência de uma identidade não binária na universidade brasileira.

A esse respeito, cabe mencionar a Sáinz (2020, p. 51) “o que não se visibiliza não existe” respaldada na pensadora e ativista argentina Val Flores (2013) “A invisibilidade é ausência, (des)memória do corpo, inexistência de subjetividades, desaparecimento de identidades”.

Queerizar a universidade é uma necessidade que a partir de agora será ilustrada com a experiência do percurso de formação universitária de uma estudante não normativa em relação às questões de gênero e de orientação sexual em uma universidade pública da cidade do Recife/PE. Relatos capturados em uma entrevista livre, apresentada sob a forma de testemunho, é analisada como uma forma de diagnóstico das violências existentes na educação universitária. Identificam-se alguns impactos e sequelas na formação, durante a graduação, em virtude de violências por orientação sexual, identidade e expressão de gênero.

Inicia-se sumarizando a história do estudante que ingressou na universidade pública como João e concluiu seu curso superior como Maria. Destacam-se as questões que envolveram o ingresso na universidade pública e aquelas relacionadas à religiosidade do, então, estudante João. Segue-se narrando os enfrentamentos de João para alcançar a aprendizagem dos conteúdos e práticas de seu curso superior e, simultaneamente, a aprendizagem em relação à sua orientação sexual, sua identidade e expressão de gênero e o seu assumir-se Maria. Os três próximos itens desenvolvem como foi se engendrando, no ambiente universitário, a instalação de seu cotidiano transgênero, com destaque para três episódios: o uso do nome social, as dificuldades na relação com um docente e os constrangimentos para o uso do banheiro feminino e do masculino.

Contrariando o imaginário coletivo compartilhado de que, na universidade pública brasileira de orientação ideológica de esquerda, os corpos dissidentes poderiam gozar de ampla liberdade, sem conflitos por orientação sexual e identidade de gênero, o testemunho de Maria desvela brutalidades e incompreensões. Aqueles e aquelas que conseguem ultrapassar os entraves ao ingresso à universidade, vindos de classes sociais menos favorecidas, ao ingressarem no ensino superior, criam expectativas que estarão livres de



REVISTA
interritórios

Interritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261528 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261528>

incômodos durante a formação, ainda que seus corpos não se submetam aos padrões normativos. No entanto, identifico em pesquisa de campo que o nível superior não é por excelência um espaço de acolhimento, mas de violência, como Maria o descobre em sua experiência.

1- Ingressando na universidade como João e concluindo o curso como Maria

Recém-saído do ensino médio em 2016, o estudante João⁶, com 19 anos se autopercebia da raça negra, origem familiar humilde com residência na zona periférica da cidade do Recife, experimentou a alegria geral e a euforia correspondentes a um processo exitoso no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Conforme as regras vigentes à época, sua aprovação lhe permitiu o acesso ao curso de licenciatura em Ciências Biológicas numa universidade pública da capital de Pernambuco.

O ingresso no ensino superior inaugurou na vida do adolescente mudança que extrapolou o marco formativo acadêmico da passagem do ensino médio para etapa universitária, pois abriu margem a um posicionamento existencial. O adolescente João já se encontrava em meio ao processo de definição de sua identidade e expressão de gênero. Como “o gênero se apresenta como uma ordem social, uma regulação da vida das pessoas que configura o modo como estas vivem” (Oliveira, 2017, p. 32), para ele, ingressar no espaço universitário representava uma transgressão às normas de gênero:

(...) quando eu... eu entrei na universidade eu já tinha noção de que eu... eu não me identificava mais como um homem gay, sabe? Porque no meu ensino médio, ensino fundamental, assim eu carreguei toda essa identificação e essa carga. Do garoto afeminado. Sabe! (Maria Célia, estudante da UFPE).

Sua narrativa remete ao convívio, no período da adolescência, com o estigma de ser um adolescente gay, o “garoto afeminado”, por diferenciar-se

⁶ João é nome fictício para preservar a identidade do estudante em sua narrativa coletada em entrevista para compor tese de doutorado em andamento do autor.



dos demais corpos masculinos de sua idade. Nessa etapa do desenvolvimento psicossocial, para reforçarem traços de masculinidade, diferenciando-se, é possível que os pré- adolescentes e adolescentes prefiram atividades com maior nível de brutalidade e manifestem certo desprezo pelos afetos. São manifestações culturalmente referenciadas do que é se tornar homem, com seus próprios rituais, símbolos e convenções validadas socialmente em algumas comunidades de baixo poder aquisitivo das regiões periféricas das grandes cidades, em que “um homem de verdade era aquele que dominava as mulheres e desprezava as bixas” (Miskolci, 2017, p. 10). A construção do estereótipo do “homem de verdade” preserva atributos machistas, misóginos e patriarcais, colocando em evidência o investimento biológico em que o macho atua com sua força muscular e de controle frente a corpos que devem ser oprimidos e dos quais quer se diferenciar, que lhes é apontado como sendo o das mulheres e o da bixas⁷.

A enunciação de João, de que era um “homem gay” e um “garoto afeminado”, indica que compreendia sua condição de estar em meio a um processo psicossocial, que não se enquadrava nos rituais disponíveis e que já era identificado como um corpo a ser oprimido, uma bixa. No entanto, a matrícula na universidade foi performada por meio de um corpo masculino, nomeado socialmente como masculino, pois João portava uma documentação de identificação legal que assim o identificava.

Além das condições econômico-financeiras próprias da periferia das grandes metrópoles brasileiras, sua família adota como religião uma das denominações cristãs protestantes evangélicas oriundas do evangelicalismo estadunidense conhecidas como “Igreja Adventista do Sétimo Dia”. Entre suas principais características está a sacralidade do sábado, o proselitismo e seu conservadorismo nas questões relativas à vida em sociedade. As famílias não incentivam o contato com as artes, a cultura, a tecnologia e a política. Todos esses elementos são considerados mundanos. Com esse corte religioso fundamentalista, de forte tendência ascética, João foi educado e formado durante a infância e adolescência, em uma jornada religiosa com um viés muito forte de repressão ao corpo e à sexualidade. A espiritualidade adventista é um movimento de fé que dialoga com o controle dos corpos e a negação do prazer,

⁷ Bixas – assim escrito como subversão à norma, referenciado na obra *Ética bixa*, proclamações libertárias para uma militância LGBTQ do autor espanhol Paco Vidarte.



uma espiritualidade que não se responsabiliza pelos eventos do mundo em função de sua visão milenarista, com defesa aberta do patriarcado e que expressa a necessidade de comando e de controle (Althaus-Reid, 2019).

“(...) eu venho de uma...de um contexto assim... social, que eu não tive muito acesso à tecnologia, não tive muito acesso a... Conhecimentos assim, ligados nessa área, justamente porque eu tive uma educação muito religiosa. Sabe? Então tudo o que eu lia tudo que eu ouvia, tudo que eu assistia, sabe? Para onde eu ia. Era muito controlado, é como se fosse numa bolha mesmo” (Maria Célia, estudante da UFPE).

Retomando a narrativa do ainda autointitulado João, nos primeiros períodos da universidade, vê-se que ele relata que a sua expressão de gênero performava um adolescente gay. É quando se inicia o período de sua aprendizagem de expressão de gênero. João tem acesso a informações e começa a compreender conceitos como não binário, um objeto típico feminino, fluir no gênero. João começa a se sentir autorizado a se expressar, ainda que estivesse presente alguns medos.

No ambiente da universidade, na efervescência da experiência da sua sexualidade, outrora reprimida, inclusive no acesso às informações, principalmente sobre identidades transitórias, múltiplas identidades sociais e o universo da transgeneridade, começa a ser nutrida a possibilidade que não se somente tratava de assumir publicamente uma condição de homem gay. João começava a compreender que o seu corpo não ditava a sua identidade.

Só que aí depois de um, dois ou três períodos eu já não performava mais isso. Aí foi quando eu comecei a usar elementos do guarda roupa feminino. Vamos dizer assim! Mais nem seria a melhor forma pra dizer. Mais assim, enquanto uma leitura...enquanto um objeto típico enquanto feminino. Então eu comecei a acessar isso e meio que eu entrei numa fase meio "NB"- é a forma como a gente utiliza para dizer não binário. Então eu meio que fluía, é... foi no momento assim que começou a minha transição. Eu meio que performava os dois. Quando eu me sentia à vontade, sabe? Mas ao mesmo tempo eu sentia medo disso! De performar algo que fugisse daquilo



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261528 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261528>

que era designado ao meu gênero preestabelecido, ligado ao meu órgão sexual (Maria Célia, estudante da UFPE).

É possível perceber que se tratava de uma mudança de maior escala, com a possibilidade de transgredir a fronteira do aceitável para um corpo masculino. O relato evidencia as complexidades e as contingências para promover as mudanças e poder viver a condição feminina, especialmente ao conseguir deslocar da função interna para o espaço público, envolvendo a família, o bairro, as relações sociais e a universidade. No espaço de dezoito meses foi sendo amadurecida a reivindicação para si mesmo do corpo de uma mulher trans. João não se reconhecia mais como homem gay ou o garoto efeminado. Maria desabrochou e se instaurou com uma identidade própria.

2- A Universidade: instauração do cotidiano do corpo trans

Apesar da violência e da pouca receptividade do ambiente universitário, foi no percurso da formação universitária que Maria Célia, a mulher trans, se sentiu autorizada a se manifestar e a instaurar um cotidiano transgênero.

A expressão de gênero rompe com sistema sexo, gênero e desejo e permite a remodelagem da expressão, desvinculando o gênero do sexo. Maria Célia chama essa transição de “transição estética” e a localiza em três artefatos precisos: as roupas, os pronomes e o nome. Maria Célia foi se vestindo de linguagem, ao contrário, até encontrar seu nome:

“(...) aí foi quando comecei a minha transição estética mesmo. Eu parei de usar roupas masculinas, comecei a usar roupas somente femininas e tal. Aí não utilizava mais o pronome masculino. Aí comecei a pedir para que as pessoas parassem de me chamar pelo nome de registro. Aí utilizei o nome social. Eu era chamada...de Cel. Somente Cel. Aí depois passou de Cel para Celi. E de Celi pra Celia. Que no final se transformou em Maria Celia (Maria Célia, estudante da UFPE).

Pode-se perceber como os padrões culturais da binaridade interferem nas entranhas da vida e nos valores que desvelam os tabus que estão sob os



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261528 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261528>

comportamentos.

As primeiras ações são de Maria Célia, mas é importante que as pessoas recepcionem e acolham. Por isso, o nome passa a ter relevância na condição social, cultural e na autonomia individual. Ao operar o entendimento do valor do reconhecimento social, recorre-se a Butler quando:

(...) convida a pensar que, para sermos chamados precisamos ser reconhecidos. A linguagem sustenta o corpo não por trazê-lo à existência ou por alimentá-lo de maneira literal, mas é nos termos da linguagem que certa existência social do corpo se torna possível (Butler, 2021, p. 17).

Maria Célia relembra o quanto o processo de explicar, justificar e pedir pelo reconhecimento social de sua expressão de gênero acarretou-lhe sofrimento. É como uma negação constante de seu corpo dissidente, uma invisibilização da sua mudança e de sua transgressão à binaridade e à heteronormatividade. As pessoas se recusavam a lhe dar a roupagem da linguagem, independentemente das roupas que Maria Célia usasse. Há uma recusa em oferecer o pronome feminino. As pessoas oferecem desculpas, mas não o reconhecimento, as camadas de resistência cultural são mais fortes que qualquer racionalidade.

(...) E aí...isso tudo acontecendo, e aí, nesse processo todo eu sofri muito. Porque eu batia, eu tinha que dialogar muito com as pessoas, para dizer às pessoas, não, eu não me identifico enquanto um menino. Que não utilizem pronomes masculinos, e nas relações assim, acontecia muito. E mesmo que eu chegasse, sentasse com a pessoa e dissesse: Veja só! Não...disse o bê a bá didático com a pessoa, não acontecia! Sabe? Trazia ali a... o erro, e aí acabava trazendo uma desculpa. A desculpa tudo bem...ah tipo,,ah ok! Tudo bem! Me desculpa e tal! Só que, ainda vinha justificar a desculpa, que era o pior... e inclusive isso até aconteceu no... no projeto...no momento assim... é da formação lá. Que foi quando, tipo, falando sobre, no caso, falando sobre minha...há! Minha vivência. Porque tipo, as pessoas me tratavam no masculino e diziam: Ai!! É porque eu... não desculpa, porque eu não tenho...é tanto costume. Eu não costumo estar com pessoas assim (Maria Célia, estudante da UFPE).



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261528 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261528>

Maria Célia entende que é possível ser oprimida e que o oprimido perde a voz e a condição de ser ouvido. Ela não se sentiu silenciada, mas percebeu que tentavam fazê-lo. No entanto, em seu esforço pela expressão de sua identidade de gênero ela se percebe protagonista. Ela não se permite ser subalternizada. Ela o diz expressamente:

(...) o oprimido...ele não tem voz, ele não é escutado, ele não é ouvido. Ele é silenciado! Sabe? E assim, no campus, na minha vivência, eu nunca fui silenciada. Sabe? Eu não sei, assim, pelo menos na minha visão, eu nunca me senti silenciada. Sabe? Sou muito de falar as coisas, sabe? Se acontecer alguma coisa, podia até ter uma situação, em que estavam tentando me oprimir, mas eu não estava permitindo, sabe? Porque eu sempre fui muito de me articular (Maria Célia, estudante da UFPE).

Maria Célia se percebe marginal, mas não subalterna. Pode-se pensar que seu argumento entra na desconstrução derridiana e se apropria da sua condição marginal, situação análoga à Spivack (1985, pp. 25-26) ao questionar se, pode o subalterno falar?

Quanto ao processo de mudança do nome civil para o nome social, é possível entrever a potencialidade de bell hooks e sua educação transgressora, ao romper com as normas linguísticas ao se recusar, subversivamente, a escrever o seu nome com o uso de letras maiúsculas. Os corpos trans, ao elegerem o novo nome de identificação, começam um processo de enfrentamento.

Maria Célia traz sua história marcada por conflitos e preconceitos por reivindicar a condição de pertencimento ao feminino:

(...) aí...é me tratavam no masculino assim no momento com o professor, para eu fazer uma pergunta e o professor ia e me chamavam no masculino, assim. Ele falou isso, não sei o que, não sei o que. E aí eu dizia: Ela! Eu tinha que corrigir. Aí ele dizia: Ai! Me desculpa! É que eu ouvi você muito rápido, e aí tipo, eu achei que era um menino. E tal, e não sei o que? Que



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261528 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261528>

essa desculpa até reforçava um estereótipo. Sabe? Que é muito desconfortável isso. Sabe? Porque o reforço desse estereótipo deslegitima a minha identidade. Que naquela época era enquanto uma pessoa não binária. Então era muito desconfortável. Porque era na frente de todo mundo, sabe? E aquele profissional que estava ali na frente não tinha contato nenhum com esses corpos diferentes. Sabe? Porque a maioria no meu curso, só é gente Cisgênero. Então tipo, eu sou a única pessoa visualmente que você vê assim na área...no curso de licenciatura em Biologia. Sabe? Que é trans, sabe? E antes de mim teve uma, uma gata. Só que ela não faz mais parte do curso, ela saiu. Trancou. Por motivos dela. Então no início acontecia muito isso. De eu ter que conversar, de eu ter que corrigir, sabe? (Maria Célia, estudante da UFPE).

Significativamente, apesar das normas de conduta social constrangedoras que desvalorizam os corpos trans em jogos sociais perversos, o contingente dos corpos dissidentes, dos que reclamam e buscam um espaço de reconhecimento e de representação se amplia (Colling, 2015).

Porém, nas estatísticas disponíveis, o Brasil continua sendo disparadamente o país com maior número de homicídios de corpos trans. De acordo com a Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) 131 pessoas foram assassinadas no ano de 2022 e considerando o primeiro quadrimestre de 2023, a mesma fonte divulgou um dado parcial de 46 assassinatos de pessoas trans e travestis entre 1 janeiro e 30 de abril. Entre as vítimas, 45 foram mulheres trans e travestis e 1 homem trans. Os dados atualizados assustam e impõem um valor incômodo aos corpos trans, considerados abjeções (Butler, 2019). São corpos considerados indesejados e não enlutáveis, “numa experiência de abordar o “luto” pela filosofia, deslocando-se da categoria clínica para categoria ético-política, sem renunciar à interlocução com a psicanálise” (Rodrigues, 2021, p. 12).

3- Desafetos com o docente

Maria Célia enfrentou não apenas a família, o bairro e os e as colegas de formação e contemporâneos(as) da universidade, mas, também, seus



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261528 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261528>

(suas) educadores(as).

Convém que se reforcem as especificidades e os questionamentos do papel do(a) educador(a) que deveria confrontar valores, moralidade, ética e o “eros na arte de educar”. Aqui recorro hooks sobre processos pedagógicos onde Paulo Freire foi muito útil para a sua prática moldada com o “paradigma do entusiasmo, nunca de tédio. O entusiasmo no ensino superior pelas ideias era algo que poderia perturbar a seriedade na faculdade, considerada essencial para o processo de aprendizado (2017, p. 17). Nessa atmosfera a aprendizagem está afetada pela constituição de um projeto pedagógico sustentado pela cientificidade e não negacionista, de um referencial humano em um projeto de educação que considere a realidade e que não se afasta da perspectiva do desenvolvimento e da integralidade do ser (Rajobac, 2016).

Maria Célia relata situação de abuso de poder na já assimétrica relação pedagógica e que implicaram em conflitos, condições desestabilizadoras e em situações de tensão vivenciadas publicamente, em sala de aula:

(...) estudo Biologia, a gente estuda muito o corpo humano. E nesses processos assim, de conteúdos que vão falar, por exemplo: É... fisiologia ou anatomia, fala muito sobre o corpo do homem e da mulher. E quando você utiliza pra falar por exemplo: dos órgãos sexuais masculinos...ou do órgão....porque, os termos eles acabam deslegitimando muito. Sabe? Então eu sempre tentava (...) só que aí...tipo eles acabam trazendo muito um discurso...por exemplo. Esse corpo de homem! Esse órgão do homem! Sexual do homem! E aí eu tinha que me posicionar pra dizer: Então professor! Sou uma mulher trans, e assim, eu tenho um pênis, e eu sou uma mulher de pau! Entende? Então vamos tentar separar que esse daí não é o órgão do homem. Sabe? Porque eu tenho esse órgão e não sou um homem! Entende? Então tinha que trazer esse tipo de discurso, pra entender. Quando na verdade, não sou eu que tenho que trazer esse tipo de discurso. Enquanto ele, profissional, que precisa se qualificar pra isso. (Maria Célia, estudante da UFPE).

Percebe-se, na narrativa, que Maria Célia precisa organizar para si e



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261528 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261528>

para todo o seu entorno a defesa diante da base epistemológica androcêntrica, fonte da gramática heteronormativa, que resiste a ceder à mudança. Para Butler (2015), o movimento trans é forte e segue se fortalecendo para subverter e evidenciar o caráter construído de noções como feminilidade e masculinidade e romper com categorias fixas como sexo, gênero e sexualidade.

É possível se pensar, desde Bourdieu (2017), que do princípio da divisão androcêntrica se debulha a relação social de dominação e de construção simbólica para dominar e modelar o “perverso polimorfo” freudiano que toda criança é, e produzir artefato social de um homem viril ou uma mulher feminina. Assim, a resistência do docente em não atualizar seu discurso, transforma-o em opressor e intensifica uma aprendizagem conservadora, que é preocupante em um curso de licenciatura.

Os efeitos dessa prática docente nos leva a retomar Bourdieu quando se posiciona a favor de uma reconstrução teórica entre as oposições sociais e a linguagem. “A força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos” (2016, p. 60).

4- Limites do corpo para frequentar o banheiro

Dos relatos de Maria Célia, alguns eventos parecem extrapolar até mesmo os limites da civilidade, ao se imaginar que um corpo pode se sentir ameaçado simplesmente por buscar um espaço para atender as demandas mais básicas de suas necessidades fisiológicas. Essa problemática diz muito sobre os incômodos e os sofrimentos que o corpo trans vivencia nos espaços coletivos, como alvo de raciocínios pouco lógicos.

A potência da enunciação expressa a resistência de se manter a coerência de se apresentar em um corpo incompreendido sob os critérios dominantes do gênero. Não há nada de errado com o corpo, senão o preconceito enraizado, que não se curva ao diferente e faz as exigências das determinações estabelecidas em fronteiras fixas e identidades estáveis.

Dentro do banheiro feminino. Sabe! A gente vê, sabe! Eu lembro muito disso. Era um desconforto muito grande, porque eu evitava muitas vezes usar ao banheiro, nos momentos em que tinham muitas meninas dentro do banheiro. Quando eu



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261528 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261528>

digam meninas, são cis. Sabe? O que... elas se sentiam desconfortáveis em saber que eu estava ali, sabe? Esse desconforto vinha de sei lá, de algum pensamento muito...pouco...porque eu só queria fazer...é... usar o banheiro, fazer xixi. Entende? Utilizar o banheiro nas necessidades normais. E aí vem aquele desconforto, sabe? Mas não só isso. Mas no banheiro masculino também. Por que antes, quando eu tive...antes da minha transição assim, de ter a minha passabilidade? E tal...assim eu ainda utilizava o banheiro masculino, então os meninos ainda sentiam desconfortáveis, de ver o corpo, fora daquela normatividade masculina. Ocupando aquele espaço. Sabe? É porque a masculinidade dos meninos cis, sei lá é muito frágil né? (Maria Célia, estudante da UFPE).

Um dos maiores entraves no debate de gênero está no uso do banheiro, local de insensibilidade coletiva, acentuada pelo binarismo frequente e que, na estrutura arquitetônica vigente, recusa as fronteiras do gênero não binário, fluido e diverso.

A ideia de humanidade permite uma crítica ao modelo civilizatório adotado, cuja vida é negada aos corpos que frustram a forma segura de poder existir e ignoram a materialidade genitália. Esses espaços são considerados ideais para insultos, injúrias, preconceitos e intolerâncias, demonstração viva de violências. Butler (2021, p. 16) menciona que “a linguagem fere” e cita Richard Delgado e Mari Matsuda, que “palavras machucam (...) sugerindo que a linguagem pode ter efeitos semelhantes aos da dor física ou de um ferimento”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar, colocarei em relação a análise do testemunho de Maria Célia com a proposta realizada na introdução e no primeiro ponto, isto é, a consideração das violências na educação universitária mediante as representações sociais e culturais expressas numa linguagem opressora, que são instrumentos críticos e que clamam por engajamento de luta contra as violências de gênero e orientação sexual na universidade.



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261528 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261528>

Foi analisado o testemunho de Maria Celia como forma de identificar as dificuldades existentes por um corpo que transgride na universidade a ditadura cisheteronormativa, e que esta é reconhecidamente a única maneira possível de existir sem ser acometida por violências de gênero e sexualidade.

Na análise do testemunho de Maria Célia, há indicações de que silenciosos ou explícitos, de alguma forma, ao serem identificados num modelo de expressão de gênero não binária, os corpos que abrigam as identidades binárias se tornam os preferidos a serem expostos à violência em suas muitas formas.

O testemunho é portanto a declaração e a palavra incontestável de quem viveu a experiência repleta de ironias, insultos, incompreensões reproduzidas na linguagem e nos ritos simbólicos evidenciadas na experiência de um corpo trans no espaço educativo. Ao mesmo tempo a abertura para a luta e para o exercício da subversão mediante a revisão e resignificação de valores, como estratégias de ultrapassagem dos limites de identidade, de raça e de poder, tornando essa vida vivível e um corpo que importa, expressões utilizadas na obra de Butler.

Encontro caminhos e alternativas de não violência nos pressupostos das pedagogias *queer*, que é um campo de estudo multidisciplinar com marco metodológico, e as estratégias pedagógicas para atenção e compreensão no âmbito educativo de quem não se ajusta à cisheteronormatividade, são recursos úteis para se pensar a universidade no século XXI. Ou seja, pensar a educação universitária de forma aberta, afetiva e política.

REFERÊNCIAS

Althaus-Reid Marcella. **Deus Queer**. Rio de Janeiro: Metanoia; Novos Diálogos, 2019.

Biesta, Gert J.J. **Good education in an age of measurement: ethics, politics, democracy**. Boulder: Paradigm Publishers, 2010.

Bonassi, Brune Camillo. **Cisnorma**: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero, 2017.

Bourdieu, Pierre. **A dominação masculina**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Besbolso, 2017.



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261528 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261528>

- Brevilheri, Ursula Boreal Lopes e outros. Neolinguagem e linguagem neutra: potencialidades inclusivas e/ou reações conservadoras. **Research, Society and Development**, v.11, n.11, 2022.
- Butler, Judith. **Problemas de Gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- Butler, Judith. **Corpos que Importam**: Os limites discursivos do sexo. São Paulo: N -1, 2019.
- Butler, Judith. **A força da não violência**: um vínculo ético-político. São Paulo: Boitempo, 2021.
- Butler, Judith. **Discurso de ódio**: uma política do performativo. São Paulo: Editora Unesp, 2021.
- Colling, Leandro. Impactos e tretas dos estudos queer. In: Ferrari, Anderson; Castro, Roney Polato de. (Orgs.). **Diversidades sexuais e de gêneros**: desafios e potencialidades de um campo de pesquisa e conhecimento. Campinas: Pontes Editores, 2017.
- Flores, Valeria. Entre secretos y silencios. La ignorancia como política de conocimiento y práctica de (hetero)normalización, **Revista Trabajo Social**, 18 UNAM, México, 2008.
- Foucault, Michel. **Arqueologia do saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- Foucault, Michel. **El orden del discurso**. 1ª ed. Buenos Aires: Tusquets Editores, 2008.
- hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.
- Louro, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 3.rev.ampl. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.
- Melo, Iran Ferreira de. **Todas as cores** (livro eletrônico) cartilha de combate à LGBTQIA+fobia. 1ª ed. Camaragibe: Ed. do Autor, 2023.
- Miskolci, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. 3ª Ed. Vers. ampl. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- Muñoz, José Esteban. **Utopía queer**, 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Caja Negra, 2020.



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261528 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261528>

Oliveira, João Manuel de. **Desobediências de gênero**. Salvador: Editora Devires, 2017.

Rajobac, Raimundo. **Bildung enquanto formação estética no jovem Nietzsche**, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

Rodrigues, Carla. **O luto entre clínica e política**: Judith Butler para além do gênero. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

Saéz, Javier. **Teoría Queer y psicoanálisis**. Madrid: Editorial Síntesis, 2004.

Sáinz, Mercedes Sánchez. **Pedagogías Queer**.? nos arriesgamos a hacer otra educación? 2ª ed. Madrid: Catarata, 2020.

Salih, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

Santos, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Spivak, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Suplemento Pernambuco. **Por um letramento trans no Brasil**. CEPE, março, 2023.

Trujillo-Barbadillo, Gracia- **El feminismo queer es para todo el mundo**. Fuencarral, Madrid, 2022.

Vidarte, Paco. **Ética bixa**: proclamações libertárias para uma militância LGBTQ. São Paulo: N-1 edições, 2019.

Submissão em 17 de março de 2024.

Aceite em 06 de maio de 2024.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0

Internacional. Texto da Licença:

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



REVISTA

interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261528 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261528>